

Religião e Política: o pentecostalismo, o Sínodo para a Amazônia e a política ambiental no Brasil

Moab César Carvalho Costa ¹

DOI: <https://doi.org/10.4025/rbhranpuh.v13i37.51907>

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer uma análise do pentecostalismo brasileiro, num contexto de crescimento numérico e político dos evangélicos no Brasil e suas relações de afinidade com o governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro. Para tanto, analisaremos de que maneira a teologia pentecostal, baseada no dispensacionalismo pré-milenista, interfere na visão dos pentecostais em relação às questões políticas e ambientais, que caminham de forma diametralmente opostas às concepções ecológicas adotadas pela Igreja Católica no Sínodo para a Amazônia.

Palavras-chave: Política, Pentecostalismo, Igreja Católica, Sínodo para a Amazônia.

Religion and Politics: Pentecostalism, the Synod for The Amazon and the environmental policy in Brazil

Abstract: This article aims to make an analysis of Brazilian pentecostalism, in a context of numerical and political growth of evangelicals in Brazil and their affinity relations with the government of President Jair Messias Bolsonaro. To this purpose, we will analyze how pentecostal theology, based on premillennial dispensationalism, interferes in the pentecostal view of political and environmental issues, which are diametrically opposed to the ecological concepts adopted by the Catholic Church at the Synod for the Amazon.

Keywords: Politics, Pentecostalism, Catholic Church, Synod for the Amazon.

¹ Doutor em História pela UNISINOS. Prof. Adjunto do Curso de História da Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão – UEMASUL. Líder do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em História das Religiões – NEIHR. Membro do grupo gestor da Rede Latino-americana de Estudos Pentecostais – RELEP (Núcleo Brasil). Participou do Sínodo para a Amazônia na qualidade de delegado fraterno. Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-5505-3255>. E-mail: moabcesar@yahoo.com.br

Religião y Política: Pentecostalismo, el Sínodo para la Amazonía y la política ambiental en Brasil

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el pentecostalismo brasileño, en un contexto de crecimiento numérico y político de los evangélicos en Brasil y sus relaciones de afinidad con el gobierno del presidente Jair Messias Bolsonaro. Con este fin, analizaremos cómo la teología pentecostal, basada en el dispensacionalismo premilenial, interfiere con la visión pentecostal de los problemas políticos y ambientales, que son diametralmente opuestos a los conceptos ecológicos adoptados por la Iglesia Católica en el Sínodo para el Amazonas.

Palabras clave: Política, Pentecostalismo, Iglesia Católica, Sínodo para la Amazonía.

Recebido em 23/01/2020 - Aprovado em 23/03/2020

Introdução

Religião e Estado (política) sempre andaram de braços dados, um legitimando o outro e, ambos, impondo-se à sociedade. O Estado, por meio da força da repressão; a religião, principalmente no exercício do poder simbólico e, quando possível, com o anteparo da força de repressão – basta o exemplo da inquisição católica para se perceber a dimensão dessa afirmação. Essa condição pode ser facilmente observada, uma vez que a religião sempre legitimou as relações sociais de produção, quer na forma de servidão feudal, quer na escravidão moderna, quer no trabalho livre e assalariado e na assimilação de suas estruturas jurídicas (leis, direitos e obrigações), sendo ela mesma, quando podia, a outorgadora e controladora da ordem social ou, quando não, adaptando-se e ressignificando valores num processo de acomodação que permitia a manutenção de seu poder e de sua influência² (COSTA, 2019a, p. 20).

Nesse aspecto, confirma-se a relação de dependência e reciprocidade entre o campo político e o religioso, exposta por Bourdieu, uma vez que:

² O Concílio Vaticano II (1962-1965) é um exemplo dessas ações, motivado pela necessidade de promover uma maior acomodação e modernização (*aggiornamento*) da Igreja Católica em relação à sociedade moderna e seus ventos secularizantes, bem como de uma maior aproximação de sua membresia, modificando seus ritos, celebrando as missas no vernáculo e valorizando os trabalhos dos leigos e das mulheres. Nesse contexto, manifestou a opção preferencial pelos pobres, num evento que ficou conhecido como o Pacto da Catacumbas. O documento do pacto serviu de base para a criação da Teologia da Libertação e, no Sínodo para a Amazônia, teve mais um desdobramento.

A estrutura das relações entre o campo religioso e o campo do poder comanda, em cada conjuntura, a configuração da estrutura das relações constitutivas do campo religioso que cumpre uma função externa de legitimação da ordem estabelecida na medida em que a manutenção da ordem simbólica contribui diretamente para a manutenção da ordem política, ao passo que a subversão simbólica da ordem simbólica só consegue afetar a ordem política quando se faz acompanhar por uma subversão política desta ordem (BOURDIEU, 2005, p. 69).

No decurso dos anos, essa relação sofreu fissuras e a religião, principalmente no Ocidente, perdeu força em função da laicização do Estado que, no Brasil, se separou oficialmente da igreja e concedeu liberdade de crença plena a todos os indivíduos (pelo menos na letra da lei e para as religiões de origem cristãs; outras tradições continuaram sofrendo preconceito e violência). Assim, a liberdade religiosa foi estabelecida pelo Decreto N° 119-A, de 7 de janeiro de 1890, sendo confirmada pela Constituição de 1891 e pela Emenda Constitucional de 03 de setembro de 1926³.

Para Mariano (2002, p. 10-12), ao estabelecer de forma legal a liberdade religiosa no Brasil, o Estado não estava nem um pouco preocupado com as minorias religiosas e suas condições marginais em uma sociedade marcada pela supremacia de uma instituição religiosa. Objetivava, antes de tudo, estabelecer e ampliar sua soberania sobre a sociedade, eliminar toda e qualquer forma de concorrência ao seu aparato jurídico, podendo, a partir de então, elaborar e impor leis e mecanismos eficazes para garantir seu cumprimento em todas as instâncias da sociedade, inclusive na religiosa, pois, a partir de então, será ele o responsável por estabelecer o direito à liberdade religiosa, bem como garantir a punição daqueles que não respeitarem essa condição.

Desde sua separação do Estado brasileiro, a Igreja Católica tem enfrentado períodos de forte tensão. Em todos eles, buscando alternativas de manutenção de sua posição, seu prestígio junto ao governo e a população. Durante a Ditadura Militar, parte do clero fez oposição por meio da Teologia da Libertação e de sua opção preferencial pelos pobres. De acordo com Serbin (2001), enquanto a ala mais progressista, impulsionada pelas orientações do Vaticano II, rompia com o governo, a ala

³ Durante o Império, o catolicismo foi a religião oficial, sendo permitidos, com ressalvas, outros cultos, desde que discretamente professados. Ver: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

conservadora dialogava através de uma comissão bipartite com o governo, em busca de um equilíbrio institucional para ambos.

Em plena conjuntura do Vaticano II, o golpe proporcionou um teste político decisivo para a Igreja. A polarização política ressaltava dois campos opostos. À direita, ficavam os conservadores religiosos e sociais, que censuravam os perigos da mudança. À esquerda, estavam os militantes da ACB [Ação Católica Brasileira], os padres radicais e a liderança da CNBB [Conferência Nacional dos Bispos do Brasil], que apoiara as reformas sociais de Goulart. Representantes dos dois lados entraram em confronto quando 33 dos bispos mais importantes se encontraram em uma reunião especial no fim de maio de 1964 para escrever uma declaração sobre a Revolução. Os conservadores elogiavam o golpe e condenavam o comunismo, enquanto os progressistas defendiam uma crítica mais dura ao novo governo (SERBIN, 2001, p. 102).

No campo religioso brasileiro, a Igreja Católica sofreu muitas perdas. Seus membros, ou pelo menos aqueles que se declaravam católicos, debandaram rumo às igrejas pentecostais e neopentecostais. Entre censo do IBGE de 1980 e o de 2010, os adeptos da Igreja Católica reduziram de 89,2% da população para 64,6%. As estimativas para o censo de 2020 são que este número gire em torno de 50% da população (BALLOUSSIER, 2020). Nessa perspectiva, o Brasil deixou de ser um país predominantemente católico para tornar-se um país de muitas vertentes cristãs, em sua maioria, e de um número crescente dos que se declaram sem religião.

Sobre as razões do crescimento numérico e da importância dos evangélicos na América Latina, em especial no Brasil, o historiador americano Andrew Chesnut, em entrevista a BBC New Brasil, concedida a Nathalia Passarinho apresentou cinco elementos (fatores) que ajudam a responder a essa pergunta:

A coesão ideológica dos evangélicos, o que facilitaria articulações políticas; o fato de os ritos das igrejas evangélicas serem mais "condizentes" com aspectos da cultura da América Latina; a adoção de regras menos rígidas para a formação de sacerdotes, permitindo maior inserção

nas camadas mais pobres; a criação de redes de apoio em comunidades carentes; e a capacidade de ecoar pensamentos compartilhados por setores conservadores da classe média e alta (PASSARINHO, 2019, p. 2).

Do ponto de vista das estratégias de crescimento ou mesmo de manutenção da posição no campo religioso, tendo como referência o campo político, existe um movimento inverso entre católicos e evangélicos em geral. Desde a redemocratização, a Igreja Católica vai se distanciando das estruturas de poder estabelecidas e os evangélicos vão se aproximando cada vez mais. No atual contexto, depois do pleito que elegeu Jair Messias Bolsonaro ao cargo de presidente da república, com forte apoio dos evangélicos, especialmente dos pentecostais, bem como da extrema direita católica, há um acirramento maior da tensão entre o governo federal e a Igreja Católica⁴.

Nesse sentido, um fator agravante foi a realização da Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos, sob a batuta do Papa Francisco, cujo tema foi Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral, evento que ficou mundialmente conhecido como Sínodo para a Amazônia. E sobre ele e seus reflexos no campo político brasileiro vamos tratar no próximo tópico.

A escuta dos povos da Amazônia, a Ecologia Integral e a atual política ambiental brasileira

Em conformidade com os inquéritos realizados, os clamores amazônicos refletem três grandes causas de dor: (a) a falta de reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios dos indígenas, que fazem parte integral de suas vidas; (b) a invasão dos grandes projetos chamados de “desenvolvimento”, mas que na realidade destroem territórios e povos (por ex.: hidroelétricas, mineração – legal e ilegal – associada aos garimpeiros ilegais [mineiros informais que extraem ouro], hidrovias – que ameaçam os principais afluentes do Rio Amazonas – exploração de

⁴ Esse acirramento relacionado ao antes e durante o Sínodo da Amazônia poder ser melhor analisado através das leituras das matérias publicadas no jornal Folha de São Paulo, cujos links para acesso estão disponibilizados nas referências deste artigo.

⁵ No cristianismo em geral e, principalmente na teologia católica anterior ao Sínodo para a Amazônia, as questões ecológicas não eram prioridades. A *Laudato Si* do Papa Francisco é a primeira encíclica dedicada exclusivamente à questão ecológica.

hidrocarbonetos, atividades pecuárias, desmatamento, monocultura, agroindústria e grilagem [apropriação de terras valendo-se de documentação falsa] de terra). Muitos destes projetos destrutivos, em nome do progresso são apoiados pelos governos locais, nacionais e estrangeiros; e (c) a contaminação de seus rios, de seu ar, de seus solos, de suas florestas e a deterioração de sua qualidade de vida, culturas e espiritualidades (*INSTRUMENTUM LABORIS*, n. 46, 2019.)

O *Instrumentum Laboris*, documento que orientou e pautou os debates e a elaboração do texto final do Sínodo para a Amazônia, foi produzido por meio de uma escuta dos povos amazônicos (indígenas, comunidades ribeirinhas e moradores de centros urbanos na Amazônia) em toda a região Pan-amazônica. É composto de três partes, “A voz da Amazônia, a “Ecologia Integral” e a “Igreja profética na Amazônia: desafios e esperanças”.

A Ecologia Integral, proposta pelo Papa Francisco, presente na encíclica *Laudato Si*, expõe uma relação íntima entre os pobres e a fragilidade do planeta, a convicção de que tudo está estreitamente interligado no mundo, a crítica do novo paradigma e das formas de poder que derivam da tecnologia, o convite a procurar outras maneiras de entender a economia e o progresso, o valor próprio de cada criatura, o sentido humano da ecologia, a necessidade de debates sinceros e honestos, a grave responsabilidade da política internacional e local, a cultura do descarte e a proposta de um novo estilo de vida, que estão presentes e se anunciam com um grito da Terra, a Casa Comum de toda humanidade (*LAUDATO SI*, n. 16, 2015)

O Sínodo para a Amazônia, realizado na Cidade do Vaticano, no período de 06 a 27 de outubro de 2019, foi marcado pela escuta e pela alteridade. Não foi apenas um encontro de bispos, da igreja com suas estruturas eclesiais, mas um encontro com o outro, com o invisibilizado, com o explorado. Estavam presentes representantes dos povos originários, militantes de causas sociais, como os atingidos por barragens e dos movimentos dos sem-terra, especialistas em clima, defensores da ecologia, mulheres leigas e consagradas e representantes de outras instituições cristãs não-católicas (entre eles estavam presentes um pastor Batista, um Presbiteriano, dois Anglicanos, e, pela primeira vez na história, um representante do segmento pentecostal). A composição, marcada pela diversidade de credos e culturas do Sínodo da Amazônia, seria algo totalmente

impensável algumas décadas atrás. Uma parte da América Latina, antes apenas dominada e explorada, no Sínodo foi ouvida e respeitada.

Há uma questão fundamental que deve ser considerada neste ponto: o que permitiu a realização de um evento dessa natureza, com essa composição e com temáticas que priorizam e dão voz às comunidades estabelecidas na Amazônia, aos pobres da terra e explorados nas cidades? A resposta que apresento é simples. Só foi possível em virtude de o Papa ser, pela primeira vez na história, um latino-americano. Alguém que sabe o que é ser colonizado e explorado, que conheceu a violência do explorador. Alguém que conhece o clamor do povo e a realidade socioeconômica e cultural da América Latina.

De certa forma, o Papa Francisco refletiu, ao convocar o Sínodo da Amazônia, bem como a maneira que definiu a composição identitária dos seus participantes, as perspectivas do filósofo e historiador Michel de Certeau (2011) no que tange às questões relacionadas à escuta e a alteridade em confronto com a escrita conquistadora produzida pelos colonizadores da América Latina. Nessa perspectiva, Costa (2019b) fez as seguintes considerações:

Numa perspectiva contrária a escrita conquistadora, Michel de Certeau orienta a escuta, a alteridade e a necessidade de aceitar o outro como ele é, como ele se identifica, como ele compreende a si mesmo, bem como ele interpreta seus próprios valores, cosmovisão e cultura. Essa postura diante do outro de Michel de Certeau, a da ESCUTA, orientou o Sínodo para a Amazônia assim com o termo AGGIORNAMENTO orientou e balizou o Concílio Vaticano II (COSTA, 2019b, p. 694).

Esse cenário, principalmente o que antecedeu a realização do Sínodo, provocou reações do governo brasileiro que, em suas declarações sem reflexão e contestação, reproduz reiteradamente o discurso da política ambiental norte-americana do presidente Donald Trump, negando a crise ambiental, o aquecimento global e o valor da floresta em pé. E não só isso, vê o indígena como um peso, um problema, uma barreira contra o crescimento econômico do país. As temáticas discutidas no Sínodo foram consideradas pelo governo como “agendas da esquerda”, que antes eram protagonizadas pelos partidos da esquerda brasileira, principalmente pelo Partido dos Trabalhadores - PT e que agora, na concepção do governo Bolsonaro, passa a fazer parte da cartilha da Igreja Católica, o que a torna inimiga do governo. Nos embates travados no concorrente e acirrado campo religioso brasileiro, as tensões do governo com a Igreja Católica são vistas como

oportunidades pelos evangélicos, principalmente os pentecostais e neopentecostais, cuja sede pelo poder político parece insaciável.

A seguir, vamos analisar brevemente as concepções teológicas, de natureza escatológica, dos evangélicos pentecostais brasileiros, cujos pressupostos encontram eco na política ambiental e no discurso de ordem “moral” da extrema direita brasileira.

Pentecostalismo, escatologia pré-milenista, política e ecologia

Se na maior parte da história do pentecostalismo brasileiro, principalmente das instituições pioneiras, em especial das Assembleias de Deus - ADs, a postura era de apoliticismo, de não envolvimento com as questões do Estado e questões sociais, quais seriam, pois, as justificativas para legitimar sua explícita entrada no campo político, uma vez que a teologia apocalíptica pré-milenista, adotada pelos pentecostais, nega qualquer possibilidade da construção de um mundo melhor aqui e deposita todas as suas expectativas, de forma literal, em um novo céu e em uma nova terra?

O apoliticismo das ADs não significava uma posição neutra no campo político, antes, pelo contrário, funcionava como uma estratégia de legitimação dos poderes estabelecidos. Basta lembrar sua postura durante a ditadura militar, quando os editoriais e colunas de seu jornal oficial, o Mensageiro da Paz⁶, faziam oposição à Teologia da Libertação e aos perigos do comunismo, além de uma defesa aberta ao Estado de Israel, o que, do ponto de vista de sua teologia, não seria nenhum problema. No entanto, associar os inimigos bíblicos de Israel com o comunismo da União Soviética (URSS) implicou em uma tomada de posição favorável à Ditadura Militar implantada no Brasil na década de 1960.

Vejamos o exemplo de um sofisma em um livro publicado pelo editor-chefe do jornal Mensageiro da Paz na Casa Publicadora das Assembleias de Deus – CPAD, cuja primeira edição é datada de 1978 e que teve vários fragmentos publicados no Mensageiro da Paz:

A maioria absoluta dos estudiosos da Bíblia afirma que Gogue é a Rússia, por ser este o único país que possui todas as características exigidas pela profecia bíblica. Dentre as

⁶ Para uma compreensão mais detalhada dos editoriais do jornal Mensageiro da Paz recomendamos a leitura de COSTA (2017), que analisa a inserção das ADs no campo político e a resignificação do pentecostalismo clássico. Para tanto, faz uma análise de 46 artigos publicados no jornal no período de janeiro de 1985 a janeiro de 1987. Neles são analisadas as estratégias utilizadas para a legitimação de uma postura belicosa na conquista de um campo (o político) que antes era proibido para os membros das ADs no Brasil.

afirmações do referido texto sagrado, duas são de fundamental importância para a compreensão deste assunto: 1] a invasão ocorrerá "no fim dos anos" 2] Gogue virá "das bandas do Norte". Ora, estamos vivendo nos últimos tempos e, atualmente, a região ao norte da Palestina está ocupada pela Rússia! Todos os povos mencionados como acompanhantes de Gogue, entre eles a Pérsia, estão a aproximar-se dele mais e mais (ALMEIDA, 1999, p. 94).

Esse discurso era muito conveniente, realizava uma dupla função. Além de reforçar sua teologia apocalíptica, essencial para a manutenção do poder simbólico sobre seus membros, garantia uma relação amistosa com os militares. Após a transição do governo militar para a redemocratização, ocorreu a entrada dos pentecostais de forma oficial no campo político, nas eleições constituintes em 1986. A partir de então, os pentecostais passaram ganhar espaços cada vez maiores, assumindo uma relação muito forte com os poderes estabelecidos. Mais recentemente, ampliaram suas influências e tornaram-se os mais fortes aliados do governo federal o que, num jogo de espelhos, refletem e associam suas aspirações numa disposição extrema direita sob o manto da moralização política com perspectiva religiosa.

Nesse sentido, consideradas todas as implicações daquilo que significa um governo de extrema direita associado ao poder religioso e de fundo escatológico pré-milenista, como conjugar uma política social de inclusão e uma defesa da ecologia a nível local e planetário? O que podemos esperar dessa associação? Como nada se configura numa unanimidade, alguns pastores, minoria no segmento, fazem reservas a esse tipo de associação e questionam a capacidade de gestão dos evangélicos que seriam incapazes de dialogar com segmentos que por eles são considerados espúrios.

Não há, pelo menos nos mais conhecidos tratados de teologia sistemática pentecostal publicados no Brasil, e muito provável nas do protestantismo histórico, uma leitura que estimule a participação ativa no campo político, nas lutas sociais e mesmo em defesa da ecologia. Vejamos: a perspectiva da volta de Jesus para arrebatá-la sua igreja poderá ocorrer a qualquer momento; a certeza, com base na interpretação literal da Bíblia, de que haveria uma degradação constante da condição humana, de que os homens seriam cada vez mais corruptos, violentos e sem amor, ou seja, que a maldade crescerá de forma incontrolável no mundo e, em consequência, a angústia e o sofrimento seriam desesperadores e que a Terra, criada por Deus, é apenas um objeto temporário para a morada dos cristãos, um lugar de passagem, que após o retorno de Cristo será queimada e destruída por forças espirituais e, em seu lugar, surgirá um novo céu e uma nova terra,

onde não haverá violência, dor, angústia, destruição e ódio. As mudanças climáticas, o aquecimento global, as catástrofes da natureza como os maremotos, tsunamis, terremotos e grandes incêndios florestais sem causas “diretas” dos seres humanos, e mesmo a degradação por ele produzida, são apenas sinais de que o fim vem e que os que assim creem em breve viverão uma nova realidade⁷. A destruição gradual do planeta é um sinal, na perspectiva pentecostal pré-milenista, de que o retorno de Jesus está se aproximando e, como disse antes, imediato, a qualquer momento. Nesse sentido, não existe nas pautas das igrejas pentecostais nenhuma preocupação com as questões ecológicas⁸, ou seja, elas são totalmente ignoradas.

Do ponto de vista das questões sociais e humanitárias, a Teologia da Missão Integral, desenvolvida em 1974, em Lausanne, no Congresso Internacional de Evangelização Mundial, produziu um documento cujas preocupações com as causas sociais se tornou obstáculo para a adesão do pentecostalismo, por ser considerada ideológica, de esquerda e com viés socialista/comunista. Nesse sentido, foi considerada um movimento focado nos aspectos antropológicos e distantes dos objetivos evangelísticos. Um marxismo religioso e assistencialista, um desvio da fé e uma corrupção da verdadeira missão da igreja.

Na cosmovisão (neo)pentecostal brasileira, alimentada pela influência norte americana da Teologia da Prosperidade, palavras como socialismo, ideologia, comunismo, marxismo, direitos humanos, desigualdades sociais e igualdade de gênero, entre outras, são consideradas tabu, doutrina demoníaca e algo que deve ser combatido. Inclusive a inserção dos pentecostais no campo político por ocasião das eleições para a constituinte de 1986 foram alimentadas, como dissemos antes, com discursos contra pensamentos que pudessem ser relacionados a esses termos (COSTA, 2018, p. 187-203).

As eleições gerais de 2018 foram marcadas por uma campanha que, de certa forma, reproduziu o discurso da época da inserção das ADs no campo político em 1986. Muitos foram os pastores candidatos, inclusive das Assembleias de Deus, alguns presidentes de grandes convenções regionais. Esse pleito elegeu a maior bancada evangélica da história política no Brasil. Embora houvesse mais de um candidato à Presidência da República evangélico (Cabo Daciolo e Marina Silva), não foi nenhum deles a menina dos olhos do segmento, mas um militar reformado, defensor de torturadores da

⁷ Muito embora, de acordo com Weber (2009, p.279), toda a ação religiosa está orientada “para que vás muito bem e vivas muitos e muitos anos sobre a face da terra”.

⁸ Dada a diversidade do campo religioso pentecostal no Brasil, essa assertiva carece de uma certa relativização, uma vez que é possível que existam ações pontuais em igrejas pentecostais voltadas para as questões ecológicas. No entanto, pensando nas igrejas do tipo ideal do pentecostalismo e do neopentecostalismo, este autor desconhece pautas que possam ser consideradas significativas.

época da ditadura militar, a favor do armamento da população (cumpriu parte dessa promessa em seu primeiro ato como presidente) e com forte discurso de ordem moral, contra a esquerda, os comunistas, o casamento homossexual, o aborto, a corrupção, e os “privilégios” dos povos indígenas, dos movimentos sociais como o dos Trabalhadores sem Terra. A força e a estratégia de velhos discursos ganharam novos formatos e encantaram a população, principalmente a evangélica, que fez da campanha presidencial de Jair Bolsonaro uma cruzada em nome de Deus.

Neste ponto, Weber está de acordo com Marx ao afirmar que a religião cumpre uma função de conservação da ordem social contribuindo, nos termos de sua própria linguagem, para a “legitimação” do poder dos “dominantes” e para a “domesticação dos dominados”. [...]. Em outras palavras, a religião contribui para a imposição (dissimulada) dos princípios de estruturação da percepção e do pensamento do mundo e, em particular, do mundo social, na medida em que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura objetivamente fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como estrutura natural-sobrenatural do cosmos (BOURDIEU, 2005, p. 32-34).

Nesses cenários, onde as associações da política com a religião ganham força, e mutuamente buscam conservar suas estruturas de poder e mesmo ampliá-las para outros campos, os discursos se confundem, confundindo a neutralidade legal do Estado quanto à laicidade. Há uma polarização de forças, relacionadas ao sentido do “progresso” e das verdades predicadas pelas religiões, entre o bem e o mal, entre o que seria uma maioria que não pode ser prejudicada por uma “minoridade”. Assim, direitos constitucionais são burlados, perseguições burocráticas, e mesmo violentas, são acionadas, e segmentos, como os povos originários (indígenas), ribeirinhos, agricultores familiares, os movimentos sociais e grupos minoritários (seja por questões culturais, políticas, religiosas ou sexuais) passam a sofrer severa discriminação. Essa discriminação, que sempre existiu, deixou de ser camuflada, discreta e passou a ser transparente e sem constrangimento, constrangendo, inclusive, aqueles que pensam o contrário.

Analisando a política ambiental do governo Bolsonaro foi possível verificar que sua concepção de progresso e desenvolvimento econômico não tem nenhuma preocupação com as questões ambientais e indígenas. Pelo contrário, ele coloca essas questões como empecilhos, barreiras e entraves para o desenvolvimento econômico.

Muitas conquistas ambientais estão sendo revisadas e várias propostas no sentido de mudá-las pretendem ser implantadas. Os órgãos de defesa do Ministério do Meio Ambiente foram sucateados, as terras indígenas estão sendo invadidas, lideranças indígenas assassinadas, as Reservas Legais sob ameaças, além de sérios problemas com a política internacional que colocam em risco o Fundo Amazônico⁹.

Nesse contexto, a bancada evangélica ficou em silêncio, não um silêncio reprovador, indignado, mas um silêncio de aprovação, de apoio e de locupletação. Por outro lado, quando as questões são relacionadas aos discursos que embalarão suas campanhas políticas vitoriosas, levantaram as bandeiras da moralidade, da família e dos bons costumes. Mesmo as questões relacionadas com a educação, com a redução das verbas para as pesquisas e para os programas de mestrados e doutorados, bem como os cortes ao financiamento básico da educação superior, encontram na bancada evangélica sua maior aliada. O que realmente se pode esperar dessa aliança?

Considerações Finais

O homem, dizia Wilhelm von Humboldt, apreende os objetos principalmente – poder-se-ia dizer exclusivamente uma vez que seus sentimentos e ações dependem de suas percepções –, da forma como a linguagem os apresenta (BOURDIEU, 2011, p.27).

Se, por um lado, os discursos brasileiros da teologia pré-milenista refletiam as concepções teológicas e o comportamento do segmento pentecostal em relação às demandas das pautas políticas em geral e, como aqui tratadas, das ambientais, por outro, a necessidade de avançar no campo político relativizou, entre outros temas teológicos, o exclusivismo salvacionista, a ascese-sectária e sinalizou o início de um processo rápido de mudança de *ethos* e, em consequência, promoveu uma abertura na tensa relação com a sociedade, ao ponto de temas de natureza escatológica não serem encontrados com muita frequência – ou serem mesmo quase inexistentes – nos púlpitos das igrejas. No entanto,

⁹ O Fundo Amazônia tem por finalidade captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal, nos termos do Decreto nº 6.527, de 1º de agosto de 2008 (<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/>). Grande parte dos recursos que compõe o fundo são de origem europeia. Países como França, Alemanha e Noruega são os maiores doadores. No ano de 2019, o fundo amazônico não aprovou nenhum projeto e não recebeu recursos em virtude da política ambiental e da inabilidade do governo em dialogar na comunidade internacional.

esse jogo de linguagens no tabuleiro dos discursos necessários vai e vem com o objetivo de cumprir interesses e demandas específicas.

No tabuleiro de xadrez do jogo de poder político no Brasil, o bispo católico foi substituído pelo pastor, principalmente por um pastor pentecostal, forjado no cadinho da Teologia da Prosperidade e com uma sede insaciável pelo poder. E esta não é uma metáfora impossível, principalmente pelo fato de que o Brasil está se tornando cada vez mais evangélico, e os evangélicos cada vez mais “politizados” e, como disse antes, com uma sede insaciável pelo poder político.

Se toda a apreensão de um objeto depende da linguagem com ele é apresentado, a liderança pentecostal, como estratégia de convencimento e desenvolvimento de uma mentalidade guerreira em seus membros para a conquista do campo político, fez renascer uma polarização entre Céu e Inferno, Deus e o Diabo, tomou para si a do campo político, direta e esquerda, além das posturas que colocarão em risco, não só a democracia no Brasil, mais as políticas ambientalistas e a defesa dos mais pobres, dos excluídos e marginalizados.

Por fim, uma das pautas do Sínodo da Amazônia foi a questão do diálogo ecumênico e inter-religioso¹⁰, da possibilidade, não apenas de uma convivência mais respeitosa, mas de uma unidade na luta pela defesa da Casa Comum, o planeta Terra e toda a sua biodiversidade, especialmente na região amazônica brasileira. A polarização da política brasileira e a relação íntima do atual governo com o segmento evangélico representam uma barreira, que a princípio, dificulta ou mesmo anula qualquer possibilidade de diálogo.

Referências

- ALENCAR, Gedeon Freire de. *Ecumenismos & Pentecostalismos: a relação entre o pescoço e a guilhotina?* São Paulo: Editora Recriar, 2018.
- ALMEIDA, Abraão. *Israel, Gogue e o Anticristo*. 11 ed. Rio de Janeiro: CPAD, 1999.
- BALLOUSSIER, Anna V. *Evangélico pode desbancar católicos no Brasil em pouco mais de uma década*. Folha de São Paulo, São Paulo, 14 de jan. de 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/evangelicos-podem-desbancar-catolicos-no-brasil-em-pouco-mais-de-uma-decada.shtml>>. Acesso em 16 de jan. 2020.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. Tradução de Sérgio Miceli, Silvia de A. Sônia Miceli e Wilson Campos. 6 ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

¹⁰ Para uma maior compreensão sobre o diálogo católico-pentecostal recomendamos a leitura do livro ALENCAR (2018) *Ecumenismos & Pentecostalismos: a relação entre o pescoço e a guilhotina*, publicado pela Editora Recriar.

CAMPOS, Heber Carlos de. *Posição Escatológica como fator do envolvimento político e social*. São Paulo: Fides Reformadas. V. 3, n. 1. 1999. Disponível em: <https://cpaj.mackenzie.br/wp-content/uploads/2019/02/2_A_Posicao_Escatologica_Como_Fator_Determinante_n_o_Envolvimento_Politico_e_Social_Heber_Campos.pdf>. Acesso em 10 de Dez. de 2019.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

COSTA, Moab César Carvalho. *O Agendamento do Pentecostalismo Brasileiro: as Assembleias de Deus e o processo de acomodação à sociedade de consumidores*. São Paulo: Recriar, 2019a.

_____. *O Sínodo para a Amazônia: um sínodo marcado pela escuta e pela alteridade*. Revista Pistis Praxis, [S.l.], v. 11, n. 3, dez. 2019b. ISSN 2175-1838. Disponível

em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/25944>>.

doi: <http://dx.doi.org/10.7213/2175-1838.11.003.DS06>.

_____. As estratégias de inserção das Assembleias de Deus no campo político e as ressignificações do pentecostalismo clássico (1985-1986). In: LIMA, Adriano; COSTA, Moab César Carvalho; GANDRA, Valdinei Ramos (Orgs.). *O Espírito e as Igrejas*. São Paulo: Editora Recriar, 2018, p. 187 – 203).

DE CERTEAU, M. *A escrita da História*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

FRANCISCO. *Encíclica Laudato Si*. Vaticano, 24 de maio de 2015.

FRESTON, Paul. - *Protestantes e política no Brasil: da Constituinte ao impeachment*. Tese de doutorado, Campinas, Unicamp, 1993

HELENO admite preocupação com o sínodo sobre a Amazônia, mas nega monitoramento. Folha de São Paulo, São Paulo, 12 de fev. de 2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/02/helena-admite-preocupacao-com-sinodo-sobre-amazonia-mas-nega-monitoramento.shtml>>. Acesso em 10 de jan. de 2020.

MARIANO, Ricardo. *Secularização do Estado, liberdades e pluralismo religioso*. Disponível em: HTTP://www.naya.org.ar/congreso2002/ponencias/ricardo_mariano.htm.

ASSEMBLEIA ESPECIAL DO SÍNODO DOS BISPOS. *AMAZÔNIA: novos caminhos para a Igreja e para uma Ecologia Integral. INSTRUMENTUM LABORIS para a Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-amazônica*. Brasília: Edições CNBB, 2019.

PASSARINHO, Nathalia Por que igrejas evangélicas ganharam tanto peso na política latino americana. BBC news Brasil em Londres, 2019.

<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50462031?SThisFB&fbclid=IwAR3tdeBG0MUgDjPz24ede2Hu2GXGRaTfdmxoYZtXKg1mOX9qhz5B1OvzxcM>

SERBIN, Kenneth P. *Diálogos na Sombra*: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura, tradução de Carlos Eduardo Lins da Silva, Companhia das Letras: São Paulo, 2001.

VALENTE, Rubens. Para Cardeal, Bolsonaro nega visão comunitária ao recusar ajuda internacional à Amazônia. Folha de São Paulo, São Paulo. 28 de ago. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/08/para-cardeal-bolsonaro-nega-visao-comunitaria-ao-recusar-ajuda-internacional-a-amazonia.shtml>>.

Acesso em 15 de jan. de 2020.

WEBER, Marx. *Economia e Sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4 ed. Brasileira: Editora UNB, 2009.